



O outro que nos conta: modos de tomar posse

Zélia Maria Viana Paim (URI/Santiago-RS)

RESUMO: Esse artigo propõe algumas reflexões sobre o “discurso das descobertas”. Para isso, elege-se como objeto de análise o *Diário da Primeira Viagem* escrito por Cristóvão Colombo, em 1493, e a *Carta* de Pero Vaz de Caminha escrita em 1500. A área em que se situa este trabalho é a dos Estudos Linguísticos e a análise tem base teórico-metodológica na Análise de Discurso (Pêcheux, 1988, Orlandi, 1987, 1988, 1990, 1997, 2003 e Nunes, 1994). Os discursos em análise forneceram sequências discursivas recortadas em função da questão a ser investigada: a constituição dos sentidos para o descobridor e para o descoberto. Como resultado verifica-se que o “discurso das descobertas” constitui-se como “modos de tomar posse” histórico e ideologicamente determinado.

Palavras-chave: discurso; sujeito; sentido; história.

Introdução

Esse artigo propõe algumas reflexões sobre o “discurso das descobertas”, constituídas a partir de áreas de conhecimento que se completam, a saber, a Análise de Discurso, a Antropologia e a História das Idéias. A noção que perpassa o texto é a constituição do sujeito, e a metáfora explicita-se como procedimento de análise, porque a metáfora, segundo Orlandi (2003, p. 79), é “constitutiva do processo de constituição mesma do sujeito”. Para essa autora a “metáfora” é entendida como “transferência de sentido”; nesse movimento, o ponto de partida e o ponto de chegada, através de deslizamentos de sentidos, são completamente diferentes. Essa diferença se sustenta em um mesmo ponto que desliza do ponto de partida ao ponto de chegada, levando a autora citada a afirmar que “há um mesmo nessa diferença” (p. 79). Entende-se que o movimento que se dá para a produção de sentidos, os deslizamentos, as derivas é próprio às condições de produção em que estão imersos. Nesse sentido, para Orlandi, na mesma página, a metáfora pode ser também um “fenômeno semântico de produção de sentidos” historicamente determinado.

Para o estudo da constituição do sujeito e do movimento dos sentidos que constituem o “discurso das descobertas”, elege-se como objeto de análise o *Diário da Primeira Viagem* escrito por Cristóvão Colombo, em 1493, e a *Carta* de Pero Vaz de Caminha escrita em 1500. Esses discursos partem de diferentes lugares de fala ocupados pelo sujeito, cumprindo determinados papéis como o de descobridor e de explorador; papéis que se privilegia entre

tantos para entender o discurso deste outro, em outro tempo. Parte-se do princípio segundo o qual “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”, disso resulta o retomar da definição de discurso como “efeito de sentidos entre locutores”, em Orlandi (2003, p. 21), a partir de Pêcheux (1975). Desse princípio decorre que os sujeitos, os sentidos e o discurso estão num permanente movimento de constituição; tal movimento conduzido pela ideologia produz efeitos que se assentam historicamente.

1. Pressupostos Teóricos

No retomar dos pressupostos teóricos que embasam este estudo, refere-se, em primeiro lugar, a Pêcheux ([1975], 1988, p. 160), para quem “os indivíduos são interpelados em sujeitos do discurso pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. O sujeito do discurso é considerado como aquele que ocupa um lugar social do qual enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. O sujeito do discurso ao identificar-se com a formação discursiva que o interpela, incorpora e dissimula os elementos do interdiscurso. No interdiscurso, os sentidos são sedimentados, constituindo o domínio da memória, do já-dito; o domínio do dizer histórica e linguisticamente definido. Sentidos evidentes, aos quais o sujeito do discurso deve referir-se para dizer o mundo que percebe.

No mundo que se julgava perceber então, interessavam os sentidos atribuídos aos vetores das descobertas. Segundo Eliade (1993, p. 23), os mares desconhecidos em que nenhum navegador ousara aventurar-se, correspondiam a um modelo mítico; isto é, “todas as regiões selvagens, incultas estão consubstanciadas no caos”; participavam, ainda, da “modalidade indiferenciada, informe, anterior a Criação”. É por isso que, quando se tomavam posse de um desses territórios, ou seja, quando começavam a explorar, realizavam ritos que repetiam simbolicamente o ato da Criação. Desse modo, a zona inculta era primeiro “cosmificada”. Por isso, os espanhóis e portugueses apropriavam-se em nome de Cristo das ilhas e continentes que descobriam e conquistavam. A instalação da cruz equivalia a uma “justificação” e à “consagração” da região, a um “novo nascimento”; repetindo, assim, “o batismo, o ato da criação”, esclarece Eliade (p. 24). Qualquer território ocupado com vistas à fixação ou à utilização como “espaço vital” era previamente transformado de “caos” em “cosmos”; isto é, por um ritual, era-lhe conferida uma “forma” que o tornava “real” (Ibid., p. 24).

Para Connerton (1999, p. 61), o ritual é explicado como uma “forma de representação simbólica”. Para ele, tanto o ritual como o mito podem ser vistos como textos simbólicos coletivos. No entanto, salienta que “interpretar o ritual como um meio simbólico que diz aquilo que pode ser dito por outros meios e, em particular, sob a forma de mito, é ignorar aquilo que o ritual tem de diferente” (p. 61). A forma ritual não é apenas a alternativa de exprimir certas crenças mas de que certas coisas só podem ser expressas através do ritual. O ritual e o mito diferem estruturalmente, pelo menos em um aspecto fundamental: “a existência de um elemento de invariância na estrutura do ritual que não se encontra presente no mito”, afirma Connerton (Ibid., p. 62).

Para esse autor, em comparação com os mitos, a estrutura dos rituais tem significativamente menos potencial de variação. É verdade que todos os rituais tiveram que ser inventados em um dado momento, podendo os pormenores de sua articulação desenvolver ou variar em conteúdo e importância com a passagem do tempo. Todavia, continua a existir

um potencial de invariância incorporada nos ritos, em virtude do fato, intrínseco à natureza dos rituais, de “esses especificarem a relação que prevalece entre a execução do ritual e aquilo que os participantes estão a executar”, entende Connerton (Ibid., p. 65). Esta tendência para a invariância resulta da forma particular do discurso ritual, que funciona poderosamente como “instrumento mnemônico” (p. 66). No ritual o discurso e o gesto constituem a sua marca distintiva, facilmente predizível e repetível de um ato para o seguinte e de uma ocasião ritual para a seguinte.

Na teoria discursiva, acrescenta-se à noção de ritual a falha, como lhe sendo constitutiva. Para Pêcheux ([1977], 1988, p. 301), “não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas”. A metáfora, considerada restritivamente como “uma palavra por outra”, é o ponto em que um ritual se quebra, porque possibilita o equívoco, daí a falha estruturante de qualquer dizer, acrescenta Pêcheux na mesma página. As falhas do ritual, explica Pêcheux, na página referida acima, são “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio”. A Análise de Discurso permite ir do ritual a metáfora e, no caso deste artigo, possibilita outra questão: como se constituiu essa descoberta do outro, cujo sentido retorna ao europeu?

Nesse movimento, o mecanismo do silenciamento é um processo de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito: “Isto é o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o lugar que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos”, explica Orlandi (1997, p. 81). No entanto, segundo Orlandi (p. 87), “como o silêncio significa em si, à ‘retórica da opressão’ responde a ‘retórica da resistência’ fazendo esse silêncio significar de outros modos”. Para isso, é preciso sempre se observar que “no cruzamento da verticalidade do enunciado – onde a história distribui o já-dito – com a horizontalidade da enunciação – formulação de seus sentidos – que o nativo intervém, presentificando sentidos”, de acordo com Orlandi (1990, p. 51).

O silenciamento é do domínio da ideologia. Esse silêncio, uma vez estabelecido, volta sobre o mundo com toda a sua violência. Dessa forma, “se passa do apagamento ideológico para o extermínio que tem, por sua vez, formas mais ou menos diretas de violência¹”, afirma Orlandi (Ibid., p. 59). As palavras não têm o sentido que a gente quer dar, mas o sentido que efetivamente tomam dadas as condições de sua produção. Em termos políticos, mais do que qualquer contexto, a intenção de quem fala tem muito pouco a ver com o que significa realmente. É assim que no discurso das descobertas se fala do indígena para se falar de tudo no Novo Mundo: da natureza, dos hábitos alimentares, das formas de habitação, das armas, da religião; enfim, do próprio europeu. O indígena é argumento nos discursos, não tendo importância como tal, é elemento constitutivo de um primitivo “banco de dados” de posse dos descobridores.

Se todo o ato de conhecimento é abertura à alteridade, a presença do outro constituiu o alicerce de tudo o que possa constituir o fascínio da diferença. Para Orlandi (1990, p. 42), “a relação com a alteridade, longe de ser direta, unívoca e clara, é con-fusa e des-organizadora do sujeito”. Há um des-controle nessas relações. E ao des-controle, à des-organização, à difusão, à con-fusão corresponde à diferença. A formação discursiva, na qual se inserem os homens da terra, está ali, está à espera. O que não lhe garante o lugar. No lugar de fala do

¹ O extermínio tem formas diretas de violência que se constituem como “mecânicas vitórias”, na esteira de Clastres: “Um continente inteiro estará livre de seus habitantes, e esse Mundo logo poderá, com justiça, proclamar-se Novo. Tantas cidades arrasadas, tantas nações exterminadas, tantos milhões de pessoas passadas pelo fio da espada, e a mais rica e bela parte do mundo transtornada pela negociação de pérolas e de pimenta. Mecânicas vitórias”. Pierre Clastres. *La société contre l'Etat*. Recherches d'anthropologie politique. Paris: Seuil, 1980.

outro que produz sentidos do discurso das descobertas imbricam-se diversas formações discursivas: do colonizador, do descobridor, do explorador, do dominador, do indígena.

Na atribuição de sentidos, segundo Bornheim (1998, p. 37-39), os descobridores ou a própria idéia de descobrimento estabelece uma “bem cuidada prática da comparação, porque as culturas constroem-se a si mesmas essencialmente opacas”. Em contraposição a tal opacidade é que a comparação se faz; ela rouba às coisas o seu conteúdo fechado, “o que se compara perde um tanto de sua consistência opaca, e por isso mesmo se faz gerador de transparência” (p. 38). Para esse autor, essa transparência repousa numa certa “cultura do reverso – eu invento o reverso e me julgo desde fora” (p. 36). O fundamento da transparência decorre da experiência da alteridade ou da experiência dos reversos ou do cultivo das diferenças. Segundo Orlandi (1990, p. 42), há um jogo de “transparências” – evidências, efeitos de discurso – que permeiam a produção dos sentidos e aos sujeitos na relação com o outro, resultando paradoxalmente na obscuridade dos limites dos sentidos e dos sujeitos. Por isso que, em relação à alteridade, deve-se considerar “a des-organização das relações entre eu e tu”, aponta Orlandi (p. 42).

2. Análise

Procurou-se entender no ritual discursivizado das descobertas, desde o modo de tomar posse do espaço ao modo de tomar posse do outro, os sentidos engendrados para a terra descoberta e para seus habitantes. No que se refere a este estudo, algumas distinções devem ser feitas. Os relatos são a materialidade linguística a partir da qual se constrói o *corpus*; eles fornecerão sequências discursivas recortadas em função da questão a ser investigada. Recorte, conforme Orlandi (1987, p. 140), “não é um segmento mensurável em sua linearidade”, e sim um “pedaço” que o analista promove em função de seu trabalho e de seus objetivos. Procurou-se estabelecer, através dos recortes, sequências discursivas para localizar os pontos pertinentes aos processos discursivos em análise.

2.1. O discurso da tomada de posse

A partir do relato de Colombo e Caminha, pergunta-se como se constituiu a tomada de posse da terra descoberta. Para relatar às cortes e às confrarias o sucesso das descobertas marítimas, os portugueses e espanhóis, na sua maioria, recorriam a questionários oficiais, os quais correspondiam às atividades de expansão e domínio. Muitas das ações dos comandantes das naus remetem às questões propostas por este questionário oficial. Os relatos de Colombo e de Caminha constituíram-se como variantes desse dito questionário, destacaram-se, na conjuntura das descobertas, como um novo modo de conhecimento ou de escritura. A primeira dessemelhança é o que se está chamando de “ritual da tomada de posse”. No relato de Colombo, esse ritual se articula no modo de um cerimonial, no instante mesmo da abordagem da terra, como se pode ler no recorte, a seguir:

Ao desembarcar viram árvores muito verdes, muitas águas e frutas de várias espécies. O Almirante chamou os dois comandantes e demais acompanhantes, e Rodrigo de Escovedo, escrivão de toda a armada, e

Rodrigo Sánchez de Segovia [inspetor a serviço de El-Rei], e que lhe dessem por fé e testemunho como ele, diante de todos, tomava, como de fato tomou, posse da dita ilha em nome de El-Rei e da Rainha, seus soberanos, fazendo os protestos que requeriam, como mais extensamente se descreve nos testemunhos que ali procederam por escrito. Logo viram-se cercados por vários habitantes da terra (COLOMBO², [1493], 1998, p. 51-52).

O sujeito do discurso narra os passos do Almirante e de outros que o acompanham. O sujeito gramatical “O Almirante” constitui-se discursivamente como seu outro, a personagem do feito épico. No recorte analisado, o “Almirante chamou” testemunhas autorizadas não só da tomada de posse em nome de “El-Rei e da Rainha” mas também da realização dos procedimentos ritualísticos necessário ao ato de tomar posse. Antes do ritual, a terra é descrita, constituindo-se como o objeto da tomada de posse. Depois da tomada de posse, o sujeito do discurso refere aos habitantes. Entende-se que esse gesto de ignorar os habitantes da terra ou os donos da terra mostra que, desde o início, esses sujeitos e suas posses constituíram-se discursivamente sem nenhuma importância para a história dos Descobrimientos pelo europeu. Salienta-se que os sujeitos indefinidos do verbo “viram” têm como objetos “árvores muito verdes, muitas águas e frutas de várias espécies” e “vários habitantes da terra”. No entanto, é a cerimônia da tomada de posse o objeto do discurso; fica-se sabendo que a cerimônia foi registrada oficialmente, “mais extensamente” por escrito por representantes legais da Coroa espanhola: um “escrivão” e um “inspetor”. É desse modo que, no encontro com o homem do Novo Mundo, a realidade e a história estavam em outro lugar, corporificados por homens europeus.

Na análise do relato de Caminha observa-se que não há um “ritual da tomada de posse”, pois esse se estabelece de maneira diversa: no último dia da estadia da armada de Cabral no litoral da terra achada, no episódio que se está chamando de “*chantar a cruz*”. A este ato simbólico de tomada de posse em nome da Igreja e da Coroa, segue-se o episódio da “segunda missa”. Esse foi um longo cerimonial cujo início é narrado desse modo por Caminha:

Hoje, que é sexta-feira, 1º de maio, saímos pela manhã, para terra com nossa bandeira. Fomos desembarcar acima do rio, para o sul, onde nos pareceu que seria melhor cantar a cruz, para melhor ser vista. Ali assinou o capitão onde fizesse a cova para melhor cantar. Enquanto a ficaram fazendo, ele, como todos nós outros, fomos abaixo do rio, onde ela estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes, cantando [à] maneira de procissão. Alguns deles já estavam aí, obra de 70 ou 80. Quando nos viram assim foram meter-se debaixo dela [para] ajudar-nos. [...] Chantada a cruz, com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe pregaram, armaram [um] altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos (CAMINHA³, [1817], 2001, p. 110-111)

² Cristóvão Colombo. *Diários das descobertas da América: as quatro viagens e o testamento*. Trad. Milton Persson. Porto Alegre: L&PM, 1998. Todas as citações posteriores de Colombo correspondem a essa edição.

³ Pero Vaz de Caminha [1817]. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: *Brasil 500: Quarenta Documentos*. Org. Janaína Machado e Luís Figueiredo. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 76-77. Todas as citações da Caminha referem a essa edição.

No relato de Caminha, há a presença dos homens da terra junto aos portugueses; “ajudam” na cerimônia do carregamento da cruz, fazendo parte da procissão. Os sujeitos dos verbos que indicam movimento “saímos”, “fomos desembarcar”, “trouxemos”, “pregaram” e “armaram” é “nós”, referindo aos agentes do descobrimento. “Alguns deles” é sujeito do verbo “estavam” que seria semanticamente vazio se não tivesse o complemento “aí”. Ao enunciar “nós”, Caminha refere ao “capitão”, aos “navegadores”, aos “religiosos”, aos “sacerdotes”, que estão a agir coletivamente sob uma bandeira e uma cruz. O “nós” reúne os sujeitos de dois discursos, o do Estado e o da Igreja. Um discurso constituído de várias vozes. Os indígenas, “alguns deles”, “70 ou 80”, embora ajudem a carregar a cruz, não pertencem a essa comunidade cristã e nem são sujeitos do discurso. Observa-se também que “cantar” origina-se do latim *plantare* que deu origem a “plantar”⁴. Caminha ao enunciá-la remete ao imbricamento desses dois discursos referidos; entendidos aqui como o “discurso do enraizamento do colonialismo” e o “da sementeira do cristianismo”, constituindo a terra descoberta como “colônia cristã”, pertencente aos portugueses.

2.2. A metáfora do descobrimento da alteridade

Para constituir-se como descobridor, Colombo engendrou um outro. Ao relatar a sua própria jornada épica, Colombo encontra não um novo mundo, mas um “outro mundo”. A chegada às ilhas caribenhas é categoria do outro que se vê literalmente promovida e se torna objeto de uma descoberta. Em Colombo tudo era outro. Colombo julgou descobrir o Paraíso Terrestre ou suas cercanias, um mundo cujo perfume dulcíssimo sentira a léguas de distância, habitado por homens da “cor de canários”, nus, jovens e belos. Na descrição desse outro homem, Colombo constituiu o que se está chamando de “metáfora do descobrimento da alteridade”. Ao narrar, se referia a uma terceira pessoa; entende-se que aí começa essa sua descoberta: a primeira pessoa refere a “Colombo – ele mesmo” e a terceira pessoa, ao outro, ao “Almirante”.

Aqui se toma, novamente, posição com relação ao que se entende por metáfora, segundo Orlandi (2003, p. 79), entendo-a como um “fenômeno semântico de produção de sentidos”. Nesse fenômeno semântico é o “mesmo na diferença” que interessa na análise. Os seguintes recortes, feitos no relato de Colombo, apontam os diferentes papéis do sujeito *do* e *no* discurso:

Segundo o Almirante, daqui por diante, hoje e sempre, encontrarão clima mui temperado, [...] todos julgaram estar perto de alguma ilha; mas não terra firme, segundo o Almirante, que diz: Porque a terra firme vamos encontrar mais adiante (p. 39-40).

[...] diz aqui o Almirante: De modo que me foi bem providencial o mar alto, que não aparecia, a não ser no tempo dos hebreus, quando fugiram do Egito liderados por Moisés, que os tirou do cativoiro (p. 42).

[...] o Almirante tinha desenhado algumas ilhas naquele mar. [...] achavam que estava naquela região e o Almirante concordou; mas que como ainda não

⁴ Definições a partir do Novo Dicionário Aurélio. Nova Fronteira. 1975.

tinham dado com elas, isso devia ser por causa das correntes, que sempre levavam os navios para o nordeste (p. 43).

o Almirante [...] descobriu que a areia da foz do rio era diz que toda cheia de ouro e em tal quantidade que a gente se maravilha. Deu ao rio o nome de “Rio del Oro” (p. 111).

O Almirante determinou que se sorteasse um romeiro para ir à Santa Maria de Guadalupe [...] para isso mandou trazer uma quantidade de grão-de-bico, igual ao número de pessoas que viajava no navio, fez com uma faca uma cruz num deles, e depois todos misturou dentro de um gorro. O primeiro a enfiar a mão foi o próprio Almirante, a quem coube o grão-de-bico marcado, recaindo-lhe assim o comprimento de ir, como romeiro, cumprir a promessa (p. 129).

Para a análise dos recortes acima, considera-se que o “discurso é duplamente caracterizado pela dispersão: a do sujeito e a dos textos”, de acordo com Orlandi (1990, p. 118). O sujeito do discurso refere a vários papéis que correspondem na materialidade linguística nos recortes em análise aos predicados do sujeito gramatical “o Almirante”: (1) do navegador experiente: [...] “diz” [...] “a terra firme vamos encontrar mais adiante”; (2) do escolhido: “diz” [...] “me foi bem providencial o mar alto, que não aparecia, a não ser no tempo dos hebreus”; (3) do cartógrafo: “tinha desenhado algumas ilhas naquele mar”; (4) do descobridor: “Deu ao rio o nome de “Rio del Oro”; (5) e do religioso: “determinou que se sorteasse um romeiro” [...] “recaindo-lhe assim o comprimento de ir, como romeiro, cumprir a promessa”. A relação entre os diferentes predicados atribuídos ao sujeito “o Almirante” constitui discursivamente os diferentes papéis ocupados pelo sujeito. Esse é o movimento de constituição do sujeito sócio-histórico que ocupa o lugar de agente na conjuntura da navegação ultramarina. Nesse processo de identificação, o sujeito é constituído em sua pretensa completude. O sujeito do discurso em questão, ao constituir-se como Almirante, buscou uma identidade outra através da escrita; uma forma de legitimar o seu saber, uma maneira de ficar na história.

Nesse discurso ao falar de si mesmo, do homem novo, alude aos novos valores que estavam sendo constituídos. Esse homem moderno, que nasce com o Renascimento, cultua o universalismo, expulsando de seu mundo tudo que pode significar a diferença, o judeu, o muçulmano. Com as descobertas, no entanto, se viu frente a outro que representou o reverso de tudo aquilo que postulava como elementos constituintes do novo homem – a autonomia, o individualismo, o poder político, o Estado nacional, o trabalho, a propriedade privada, o capitalismo, o poder da ciência, a cidadania plena. Em relação à diferença entre o descobridor e o descoberto, Colombo no recorte a seguir relata as primeiras impressões do Almirante:

Eu – diz ele –, porque nos demonstram grande amizade, pois percebi que eram pessoas que melhor se entregariam e converteriam a nossa fé pelo amor e não pela força [...]. Depois vieram nadando até os barcos dos navios onde estávamos, trazendo papagaios e fio de algodão em novelos e lanças e muitas outras coisas [...] e tudo aceitam e davam do que tinham com a maior boa vontade. Mas me pareceu que essa gente não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só tenha visto uma robusta rapariga. E todos os que vi eram jovens, nenhum com mais de trinta anos de idade: muito bem feitos, de corpos muito bonitos

e cara muito boa; os cabelos grossos, quase como pêlo do rabo de cavalos, e curtos, caem por cima das sobranceiras, menos uns fios na nuca que mantêm longos, sem nunca cortar. Eles se pintam de preto, e são da cor dos canários, nem negros, nem brancos, e se pintam de branco, e de encarnado, e do que bem entendem, e pintam a cara, o corpo todo, e alguns somente os olhos ou o nariz. Não andam com armas, que nem conhecem [...]. Todos, sem exceção, são de boa estatura e fazem gesto bonito, elegantes (p. 52-53).

Os europeus já haviam descoberto outros povos, línguas, culturas, religiões, mas não um homem como o homem americano. O homem moderno descobre o novo, o outro da humanidade que estavam construindo, a alteridade do homem moderno. Um homem em quem a história ainda não havia sido escrita – papel em branco, tábula rasa, pedra em banco –, dá a possibilidade de ser discursivizado conforme o imaginário europeu. Dessa maneira, o silenciamento constituiu o homem da terra desde o primeiro contato com o homem europeu; antes de serem descritos como tal, foram catalogados como passíveis de conversão, pois “eram pessoas que melhor se entregariam e converteriam a nossa fé pelo amor e não pela força”.

Interessava, então, ao sujeito do discurso inventariar os sentidos que constituísse o outro capaz de ser cristão: “pessoas”, “gente”, “amizade” e vassalo: “tudo aceitam e davam do que tinham com a maior boa vontade”, “não possuía praticamente nada”, “não andam com armas, que nem conhecem”. Além disso, deveriam corresponder às ordenações das *Leyes de Índias*, que mandavam verificar com cuidado as regiões mais saudáveis, as quais estavam relacionadas à abundância de homens moços, de boa compleição, boa disposição e cor, e sem enfermidades – “vieram nadando até os barcos dos navios”, “robusta rapariga”, “são da cor dos canários, nem negros, nem brancos” “jovens, nenhum com mais de trinta anos de idade: muito bem feitos, de corpos muito bonitos e cara muito boa”, “são de boa estatura”. Esse discurso sobre o outro se constituiu também como modo de tomar posse do outro através da escrita. Uma forma de tornar o efeito de sentido que interessa permanente, observável, controlável. No entanto, outros sentidos constituíram-se em relação ao corpo nu do outro; um corpo pintado com as cores que querem, “do jeito que bem entendem”. Instaura-se o sentido do não repetível, do sentido não-cristalizado.

Outra sociedade constituída em sua opacidade não se deixa conhecer, mas sentidos foram assentados no imaginário europeu, segundo o modo como foram registrados pela escrita do descobridor. No recorte a seguir, no relato de Colombo, observa-se a constituição da identidade do outro que nos conta:

Assim que amanheceu, veio até a praia uma porção desses homens, todos jovens, como já disse, e todos de boa estatura. É gente muito bonita [...] e entre eles não há nenhum negro, a não ser da cor de canários [...]. Todos, sem exceção, têm pernas bem torneadas, e nenhum tem barriga, a não ser muito bem-feita. [...] os habitantes são tão sossegados e com tanta vontade de ganhar nossas coisas (p. 55).

as pessoas vinham todas à praia, chamando por nós e rendendo graças a Deus. Uns nos traziam água; outros, coisas de comer, outros ainda, quando viam que ninguém pretendia se aproximar da terra, lançavam-se ao mar e vinham nadando, e entendíamos que eles nos perguntavam se tínhamos vindo do céu. [...] essa gente é muito simples em matéria de armas, como verão Vossas Majestades pelos sete que mandei capturar para levar à vossa presença, aprender a nossa língua, e trazê-los de volta, a menos que Vossas

Majestades preferiam mantê-los em Castela ou conservá-los cativos na própria ilha, porque bastam cinquenta homens para subjugar todos e mandar fazer tudo o que se quiser (p. 56).

E ele veio, e diz que era bem disforme de semblante, mais que os outros até agora vistos. Tinha o rosto todo tismado de carvão, ao passo que em todos os lugares costumam pintar-se de várias cores. Usava os cabelos bem compridos, apertados e amarrados na nuca, e depois presos por uma redinha de penas de papagaio, e andava nu como os demais. O Almirante achou que deviam ser um dos caribes, que são antropófagos. (p. 114).

O sujeito do discurso refere a “homens”, “gente”, “habitantes”, “pessoas” e “antropófagos”. No homem nu, a pintura do corpo foi o único indício da diferença para catalogá-los, dividi-los em bons: “pintados de todas as cores” e maus: “tismados de carvão”. O europeu, ora dominado pela imaginação ora tentando penetrar na sociedade do outro, se valeu da experiência imediata para caracterizar os “caribes”: “são antropófagos”; assim, na comparação, tomou a aparência como realidade constituindo o outro como bom selvagem e como antropófago. Os bons selvagens assim foram descritos como “jovens”, “de boa estatura”, “muito bonita”, “nenhum negro”, “da cor de canário”, “pernas bem torneadas”, “barriga bem-feita”, “tão sossegados”. Esses fazem parte de um espaço de comunicação, de convívio, de troca, mas são também colocados fora do discurso ao serem referidos pelos pronomes: “eles”, “todos”, tornam-se passíveis de cativo.

Segundo Benveniste (1988, p. 277), a noção de “pessoa” falta em “ele”. “A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos”, escreve Benveniste (p. 280): “ele” está fora da instância da enunciação, onde o sujeito constitui a si mesmo e ao outro. Nessa exclusão, na comparação com o europeu: “pessoas” x “nós”, “eles” x “vindos do céu”, “gente simples” x “Vossas Majestades”, “cativos” x “cinquenta homens”, o outro foi sendo constituído como personagem passível de domínio. A forma plural de “nós” e “nos” indica que, embora existam vários sujeitos estes estão a agir como se fossem um único, uma espécie de personalidade coletiva. Daí a utilização da primeira pessoa do plural; refere, portanto o “nós” a um povo de descobridores e conquistadores, já que “nesta descoberta e conquista”, implicam outras.

Por sua vez, os “caribes”⁵ foram referidos como tais por sua aparência “bem disforme de semblante” e sua pintura a carvão. Mas também por sua suposta agressividade com os “cristãos” que eram apenas “sete”, contra “cinquenta e tantos” dos “antropófagos. Na experiência da alteridade, o outro é a diferença e na diferença há o mesmo. Nessa medida, então, o descobridor descobre o mesmo na diferença quando refere à agressividade do outro. Segundo Orlandi (1990, p 41-42), “na diferença, um e outro estão na mesma distância”; é no movimento entre um e outro que se apreende as suas relações. Os sentidos e os sujeitos se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem. É isso o que se percebe no jogo de relações entre as formações discursivas diferentes.

2.3. A descoberta do corpo

⁵ Colombo refere a “canibais” (p. 79), “caniba” (p. 81), “camina” (p. 81), para designar os habitantes da ilha de Bohio, e a “caribe” (p. 102) para designar os habitantes da ilha de Camina, todos antropófagos.

Carta de Caminha constituiu-se como relato sobre o que aqui o descobridor julgou ver, perceber, ser. No entanto, a *Carta* foi publicada pela primeira vez em 1817, mais de trezentos anos depois de ter sido redigida. Considera-se a escrita desses sujeitos não apenas como o relatório do acontecimento, mas como o relato de uma demanda: a demanda de alteridade; outros povos, outras terras: outro mundo. No percurso dessa demanda, durante os onze dias em que explorou o litoral brasileiro, Caminha escreveu um relato das diferenças. O modo de conhecimento desse sujeito é a comparação, forma social e culturalmente determinada da descoberta do outro; desse modo, fala dos costumes, da língua, dos alimentos e da economia do tupiniquim.⁶ A *Carta* de Caminha é parte da constituição do outro que ocupa o espaço descoberto pelo europeu.

Isso posto, considera-se que Caminha na comparação relata não só a nudez dos corpos, mas também ao fato desses corpos estarem pintados. Caminha não percebeu a relação da nudez, com a liberdade e a inexistência de estado e de religião organizada. A nudez é descrita sem reações de conteúdo moral ou até mesmo de conteúdo civilizacional. Na descrição da pintura, Caminha apresenta o corpo do outro quartejado ora “de escanques” (p. 89), à maneira de escudos portugueses, ora como em “panos de armar” (p. 101) à maneira de tapeçarias de muitas cores que cobrem as paredes dos palácios, as igrejas ou a cabine do capitão das naus. A voz do outro manifesta nas pinturas corporais inscreve no discurso de Caminha outro discurso.

O mundo de Caminha, como o de Colombo, era, segundo Bornheim (1998, p. 40), constantemente assolado pela peste em meio a uma higiene inexistente, “consequências da negação do corpo, visto como um menos ser”. Para Bornheim (p. 40), “o corpo era considerado uma realidade essencialmente inferior, contraposta à sempre incontestada superioridade da alma que viria dotada até mesmo de uma suposta imortalidade”. Para entender essa relação, recortou-se no relato de Caminha as suas referências a corpo, mais precisamente ao corpo das “moças, bem moças”, conforme se destaca a seguir:

Entre eles andavam três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas, e tão limpas das cabeleiras, que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha (p. 89).

Uma daquelas moças era toda tinta daquela tintura, de fundo acima, a qual, certo, era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha, que ela não tinha, tão graciosa que a muitas mulheres da nossa terra vendo-lhe tais feições faria vergonha, por não terem a sua como ela (p. 90).

Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres moças assim nuas que não pareciam mal, entre as quais andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega toda tinta daquela tintura preta, e o resto todo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés, e suas vergonhas eram tão nuas e com tanta inocência descobertas que aí não havia nenhuma vergonha (p. 96).

⁶ Tupiniquim ou tumpinambá pertenciam aos Tupi-Guarani e ocupavam praticamente todo o litoral do Brasil. Os tupiniquins eram cerca de 85 mil e viviam em dois locais da costa: no sul da Bahia e no norte de São Paulo. Como os demais tupis-guaranis, tinham chegado ao litoral não apenas por um impulso nômade, mas por seu envolvimento em uma ampla migração de fundo religioso. Partindo de algum ponto da bacia do rio Paraná, no território hoje ocupado pelo Paraguai, os tupis-guaranis iniciaram uma longa marcha em busca da “Terra Sem Males”, liderados por profetas, chamados *karai*.

Na análise dos recortes discursivos acima é possível dizer do fascínio que os corpos femininos produziram no olhar do descobridor pelas inúmeras repetições e paráfrases: “vergonha alta”, “vergonha cerradinha”, “vergonha limpa da cabeleira”, “vergonha graciosa”, “vergonhas nuas”, “vergonhas inocentes”, “vergonhas descobertas”. A repetição instaura sentidos que ora se confundem ora se distinguem. A palavra “vergonha”, no entanto, está ausente na referência à nudez dos homens, esses eram como os portugueses, “não fanados”, fazendo emergir a comparação com os judeus ou com os islâmicos. Da nudez das mulheres emergem outros sentidos como a falta de vergonha, a falta de pudor, a sensualidade ou a disponibilidade. O corpo feminino aparece ou todo tinto: “de fundo acima” ou tinto em partes: “coxa”, “joelho”, “quadril”, “nádega”, “colo dos pés”; partes para as quais recai o olhar do observador. Um duplo estranhamento, uma descoberta que funda a diferença. Essa diferença pode ser dicotomizada, como corpo outro/corpo feminino, corpo e alma/corpo em partes. Caminha descobre ou re-descobre o corpo feminino constituindo-o por partes diferenciadas, observáveis e, por isso, passíveis de discurso.

Talvez se possa dizer na esteira de Nunes (1994) que os conhecimentos sobre o Novo Mundo respondiam as exigências do leitor da época, para quem o reconhecimento dos objetos de leitura passava pelo crivo dos saberes antigos, mas acrescenta-se que também pela divulgação dos cânones do Renascimento. Há um excesso de corpos nus no relato de Caminha, todos tendendo para o “pardo avermelhado”, “tão bem feitos” e “tão redondos”, com cabelos muito “compridos pelas espáduas”. É possível mesmo dizer que a inocência referida daria origem ao tema do “bom selvagem” que, como se viu em Colombo, soma-se ao tema do antropófago, ausente em Caminha, mas que na arregimentação de “discursos sobre”⁷ se tornaria um instrumento reflexivo capital para que a cultura do Ocidente pudesse pensar-se de modo crítico. Tanto o bom selvagem, como o antropófago constituíram-se como a projeção do homem novo, inventado pelo Renascimento, naquilo que esse novo não é. O homem moderno não é o bom selvagem, nem o antropófago, mas se deixa medir a partir deles, esses representam aquilo que lhe falta; constituindo um certo paradigma da diferença.

Deve-se considerar, no entanto, que a *Carta* só foi publicada no advento do Romantismo. Nessa sequência, indica antes um olhar comum aos relatos da época das descobertas, do que um efetivo “primeiro núcleo” do tema do bom selvagem. O episódio de Cabral foi silenciado, devido à política de sigilo de Portugal, vindo ao conhecimento apenas quando a história exige. Surge límpido, preciso, visual, como uma revelação bem adequada ao mundo nascente que o Romantismo engendra. A *Carta* de Caminha corresponde perfeitamente à solicitação de historiadores e literatos que inventam o passado, mas sob o olhar do descobridor.

Considerações finais

O descobrir visa e é capaz de transformar; altera radicalmente os valores da vida anterior que são transformados com a descoberta. O descobrir se limita a encontrar algo que já existe. A análise apresentada neste artigo compõe-se de partes que se relacionam na medida em que inventariam sentidos constitutivos do espaço e de seus habitantes. Mostrou-se o ritual

⁷ Cf. Orlandi (1990, p. 37) o discurso sobre é “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no discurso sobre que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o discurso sobre é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)”.

discursivizado das descobertas, desde o modo de tomar posse do espaço ao modo de tomar posse do outro. Nas seqüências discursivas analisadas nos relatos de Colombo e de Caminha o espaço foi constituído com sentidos cristalizados no imaginário europeu. Sentidos, autorizados pelo ato de fé e pelo *chantar* da cruz, alça a terra descoberta à propriedade das coroas ibéricas como espaço cristão. O outro foi então constituído, conforme as ordenações das *Leyes de Indias*, às exigências do discurso mercantilista e também do discurso religioso. O outro pertencia a uma sociedade sem luta de classes alicerçada no poder econômico, sem luta pelo poder alicerçada no Estado, sem religião institucionalizada em Igreja; era anterior à história. O sujeito pré-ideológico, condição de possibilidade de assujeitamento pela ideologia mercantilista religiosa. Num movimento de sentidos que retorna ao europeu, o discurso das descobertas constitui-se como fundador de sentidos para uma sociedade como a nossa, sentidos com efeito do permanente, sentidos evidentes, aos quais o sujeito do discurso deve referir-se para constituir o seu dizer. Esse é o domínio do interdiscurso, da ideologia, da história.

ABSTRACT: This article proposes some reflections on the “discourse of the discovering,” then the *Diário de Primeira Viagem* by Christopher Columbus (1493) and the *Carta* by Pero Vaz de Caminha (1500) have been elected as object of analysis. The area in which this work is situated is that of Linguistic Studies and the analysis has theoretical methodological basis in Analysis of Discourse (Pêcheux, 1988, Orlandi, 1987, 1988, 1990, 1997, 2003 and Nunes 1994). The discourses in analysis provided discursive sequences tailored to fit the question to be investigated: the constitution of the senses to the discoverer and to the discovered. As a result, it has been proved that the “discourse of the discovering” has been constituted as “ways of taking possession”, historically and ideologically determined.

Key words: discourse; subject; sense; history.

Referências bibliográficas

BORNHEIM, G. A Descoberta do Homem e do Mundo. In: *A Descoberta do Homem e do Mundo*. Org. Adauto Novaes. São Paulo. Cia das letras, 1998, p. 17-53.

BENVENISTE E. [1959] As Relações de Tempo no Verbo Francês. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 2 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1988.

CAMINHA, P. V. de [1817]. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: *Brasil 500: Quarenta Documentos*. Org. Janaína Machado e Luís Figueiredo. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

COLOMBO, C. [1493]. *Diários das descobertas da América: As Quatro Viagens e o Testamento*. Trad. Milton Persson. Porto Alegre: L&PM, 1998.

CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. 2 ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

ELIADE, M. *O Mito do Eterno Retorno: Arquétipos e Repetição*. Trad. de Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 1993.

NUNES, J. H. *Formação do Leitor Brasileiro: Imaginário da Leitura no Brasil - Colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes, 1987.

____. *Discurso e Leitura*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988.

____. *Terra à Vista: Discurso do Confronto, Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.

____. *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Formação do Óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi e outros. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

____ [1978] *Só Há Causa Daquilo que Falha. O Inverno Político Francês, Início de uma Retificação*. In: *Semântica e discurso: Uma Crítica à Formação do Óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RECEBIDO EM 24/08/09 - APROVADO EM 29/05/10